

Pobreza menstrual no contexto escolar: uma discussão a partir de estudantes do Ensino Fundamental 2

Menstrual poverty in the school context: a discussion from elementary school students 2

Pobreza menstrual en el contexto escolar: una discusión desde estudiantes de primaria 2

Brenda Letícia de Paula Muniz - brenda.muniz@sou.unifal-mg.edu.br
Graduação em Geografia Licenciatura – UNIFAL-MG
Bolsista CAPES
<https://orcid.org/0009-0007-3018-214X>

Geraldo Magela de Oliveira Júnior - geraldo.magela@sou.unifal-mg.edu.br
Mestrando em Geografia – UNIFAL-MG
Bolsista CAPES
<https://orcid.org/0000-0001-6871-557X>

Resumo:

A incapacidade de pessoas lidarem com o sangue no período menstrual vem aumentando pelo fato dos absorventes higiênicos terem preços elevados no Brasil, nesse sentido, o trabalho busca compreender como o fenômeno da pobreza menstrual se materializa numa escola na cidade de Alfenas - MG. Adota-se o termo pessoas menstruantes pois consideramos a diversidade de gêneros que passam pelo período menstrual, além disso, refletimos como a desigualdade de gênero se evidencia a partir do freamento de políticas públicas que atuam na segurança menstrual desses sujeitos. Para tanto, procuramos saber através de uma pesquisa intitulada “Instituto Escolar de Geografia” que possui caráter quali-quantitativo, se a falta de produtos higiênicos e lugares salubres colaboram para que estudantes deixem de ir à escola. Sendo assim, procuramos romper com os tabus acerca do assunto, trazendo para a esfera acadêmica a necessidade de se discutir a saúde coletiva de pessoas menstruantes.

Palavras-chave: período menstrual, escola, desigualdade.

Abstract:

The inability of people to deal with blood during their menstrual period has been increasing due to the fact that sanitary pads have high prices in Brazil. In this sense, this work seeks to understand how the phenomenon of menstrual poverty materializes in a school in the city of Alfenas - MG. The term 'menstruating people' is adopted because we consider the diversity of genders that go through the menstrual period, in addition, we reflect on how gender inequality is evident through the lack of public policies that act on menstrual safety for these subjects. To this end, we sought to find out, through a survey entitled “Instituto Escolar de Geografia” which has a qualitative and quantitative nature, whether the lack of hygienic products and healthy places contribute to students stopping going to school. Therefore, we seek to break the taboos surrounding the subject, bringing to the academic sphere the need to discuss the collective health of menstruating people

Key words: menstrual period, school, inequality.

Resumen:

La incapacidad de las personas para lidiar con la sangre durante el período menstrual viene aumentando debido a que las toallas sanitarias tienen precios elevados en Brasil. En este sentido, este trabajo busca comprender cómo se materializa el fenómeno de la pobreza menstrual en una escuela de la ciudad de Alfenas - MG. Se adopta el término 'personas menstruantes' porque consideramos la diversidad de géneros que atraviesan el período menstrual, además, reflexionamos sobre cómo la desigualdad de género se evidencia a través de la falta de políticas públicas que actúen sobre la seguridad menstrual de estos sujetos. Para ello se buscó conocer, a través de una encuesta denominada "Instituto Escolar de Geografía" de carácter cualitativo y cuantitativo, si la falta de productos higiénicos y lugares saludables contribuyen a que los estudiantes dejen de asistir a la escuela. Por ello, buscamos romper los tabúes que rodean el tema, llevando al ámbito académico la necesidad de discutir la salud colectiva de las personas que menstrúan.

Palabras clave: período menstrual, escuela, desigualdad.

Recebido em: 29/10/2023

Aceito: 16/11/2023

Publicado: 22/11/2023

Introdução

Essa pesquisa procura discutir como o acesso a produtos de contenção à menstruação é desigual no Brasil pelo alto índice de tributação nesses itens, assim como refletir a falta de saneamento básico nas casas e escolas no país contribuírem para a pobreza menstrual ser realidade na vida de milhões de pessoas que menstruam. Adotamos o termo pessoas menstruantes para identificar aquelas pessoas que passam todos os meses pelo período menstrual, nesse aspecto, procuramos entender as dificuldades de permanência na escola que atuam sob os sujeitos sob uma perspectiva de violência velada. Entretanto, é importante salientar ainda que a adoção desse termo abraça pessoas de diferentes gêneros, binários ou não, que passam pelo processo natural/fisiológico de descamação do endométrio.

Os dados do qual nos apropriamos é fruto do projeto de Residência Pedagógica realizado na Escola Estadual Dirce Moura Leite sob orientação de professor de Geografia. Por meio de um formulário online aplicado com alunos do Ensino Fundamental 2, procuramos conhecer o perfil da comunidade discente para a realização de projetos pedagógicos. Além disso, analisamos dados oriundos de Institutos e Organizações sobre a dimensão do problema em escala nacional para verificar se a escola-campo segue as estatísticas sobre pobreza menstrual em escala local.

A instituição de ensino sendo um espaço onde pessoas de diferentes gêneros, classes sociais e culturas se encontram coletivamente na intenção de se formarem sujeitos críticos, justifica-se a necessidade da escola se preocupar com a permanência íntegra, bem como o desenvolvimento pleno das atividades escolares onde os agentes produtores do espaço se reúnem cotidianamente.

Partimos do princípio de que o acesso a determinados espaços, serviços e até mesmo informações referentes a menstruação são restritos a uma parcela da população e em alguns casos negligenciados. Dessa forma, por entender a desigualdade do espaço geográfico que se evidencia no contexto escolar, procuramos analisar através de uma pesquisa quali-quantitativa se as pessoas já deixaram de ir à escola pela falta de acesso aos absorventes, assim como refletir os impactos negativos no processo de formação escolar desses sujeitos.

Metodologia

Os dados apresentados neste trabalho são oriundos da pesquisa “Instituto Escolar de Geografia”, fruto do projeto de Residência Pedagógica atuante na E. E. Dirce Moura Leite no ano de 2023. Essa pesquisa ocorreu no intuito de conhecer os agentes produtores do espaço escolar, mais especificamente os alunos que irão participar de projetos pedagógicos ao longo do ano letivo. Os primeiros caminhos para o desenvolvimento da pesquisa ocorreram por meio de reuniões que definissem o propósito da investigação e, de modo sintetizado, percebemos o quanto importante é se aprofundar na vivência dos alunos para identificar dificuldades e potencialidades que serão trabalhadas ao longo da vigência do edital do Residência na escola.

Durante esse momento de trocas entre residentes e professor preceptor, foram formuladas 31 perguntas que conseguiram abranger grande parte das nossas inquietações acerca das vivências dos estudantes. As perguntas se referem ao modo pelo qual os alunos mais aprendem, o que fazem no seu tempo livre, o meio de transporte que vão até a escola, se o espaço escolar é um ambiente acolhedor e demais perguntas que ajudaram os pesquisadores a conhecerem os modos pelos quais os alunos vivenciam a escola. Nesse sentido, nos despertou a curiosidade acerca da menstruação e como esse período impacta a vivência de estudantes menstruantes na escola, sendo assim, a última pergunta do formulário e que orienta essa discussão é: “A menstruação já te impediu de ir à escola?”.

A escolha do formulário online foi a opção mais adequada para colher as informações, pois, sob o ponto de vista da técnica, o questionário tem “por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.” (GIL, 1999, p. 128). Além disso, foi uma forma de garantir o anonimato dos alunos que participaram da pesquisa.

A estruturação do formulário possibilitou que os alunos escolhessem entre uma ou várias opções de acordo com a pergunta, e em algumas respostas era possível que discorressem sobre suas perspectivas, ou seja, procuramos oferecer possibilidades de resposta na tentativa de sair da dicotomia “sim” ou “não”. A título de exemplo, a primeira pergunta foi: “Você acredita que a disciplina de geografia e os conteúdos por ela estudados dialogam com a sua realidade para além dos muros da escola?”. Nessa pergunta o aluno poderia escolher entre as opções “sim” e “não”, se a resposta fosse positiva, o formulário encaminhava para a seguinte questão “Como a geografia auxilia nesse processo?” da qual o aluno

poderia escrever com suas palavras como a geografia está para além da escola. Se a resposta fosse negativa, o aluno seguia normalmente para as demais questões.

Para selecionar aqueles alunos que responderam a questão sobre menstruação, antes foi lhes perguntado acerca do gênero do qual se identificam. É importante salientar que os autores não relacionam a genitália ser consonante ao gênero, entretanto, a seleção daqueles que poderiam responder a questão sobre menstruação se restringiu àqueles alunos que nasceram com útero e que poderiam ou não já terem passado pelo período menstrual. Sendo assim, alunos do gênero feminino e transsexual masculino foram encaminhados para responder se a menstruação já os impediu de irem à escola. Os alunos que se identificaram como não-binários não responderam essa pergunta, pois se tratando de pessoas com gênero fluído e da confidencialidade da pesquisa, não tínhamos dimensão da possibilidade dessa pessoa ser ou não capaz de passar pelo período menstrual.

Ao levarmos os alunos para a sala de computadores, residentes e professor preceptor auxiliaram os alunos quanto ao manuseio dos computadores e a importância da veracidade nas respostas. Ao todo, 275 pessoas responderam o formulário, sendo a idade média dos alunos entre 11 e 15 anos. Como parte desta investigação, após todas as turmas registrarem suas respostas, os componentes do projeto selecionaram 3 perguntas e respostas que foram analisadas em profundidade para entender os motivos que levaram os alunos a tal resposta, bem como identificar tendências e singularidades.

Ademais, em função dos resultados obtidos, optou-se pela busca de referenciais que discutem os fenômenos identificados na tentativa de traçar uma crítica acerca da vivência dos alunos. Nesse sentido, Ferreira (2015, p. 117) considera que “a abordagem qualitativa, quanto a quantitativa, dentro de suas especificidades, serve como base de apoio para a análise de dados”. Ao articularmos os dados oriundos do Instituto com a revisão bibliográfica, a pesquisa se fundamentará a partir da articulação entre dimensões que ajudará na análise dos fatos.

Para compreender como o fenômeno da pobreza menstrual se espacializa na escola-campo, utiliza-se das contribuições de Assad (2021), Motta e Brito (2022) e Neris (2020) para evidenciar os motivos que tornam o problema a realidade de diversas pessoas, resultando, assim, num indicador da desigualdade de gênero que se expressa com intensidade no contexto escolar.

A discussão do trabalho se dará em dois momentos, um para contextualizar o conceito de pobreza menstrual dimensionando como o problema está em escala nacional e local, e outro para discutir como o assunto está sendo tratado no âmbito público e privado. Neste último, procuramos expor as contradições inerentes à essas duas esferas no tratamento das questões relacionadas à menstruação.

Referencial Teórico

Para apoiar a nossa discussão sobre pobreza menstrual é importante entender que o fenômeno acontece em escala global. Os dados da ONU Mulheres (Organização Mundial das Mulheres) apontam que em 2022, cerca de 500 milhões de pessoas menstruantes no mundo eram afetadas por não conseguirem ter acesso aos absorventes devido o custo elevado. Assad (2021) traz o panorama do problema sob duas escalas, a nacional e global, da qual podemos nos apropriar para justificar os problemas que acontecem na escala local, no caso, a escola-campo da onde realizou-se a pesquisa.

Na mesma linha de raciocínio, a autora suscita que o problema afeta também aquelas pessoas privadas de liberdade que se encontram nos presídios do Brasil, em situação de rua e refugiados, da qual não encontram meios seguros de passarem pelo período menstrual devido à falta de políticas públicas que os assegurem dignamente. Nesse sentido, a autora reforça:

Quando não se pode atravessar este período com dignidade, menstruar se torna um fardo que deve ser carregado mensalmente. As incertezas ligadas à precariedade menstrual - quais sejam, a falta de absorventes e de banheiros, o medo de revelar estar menstruada, assim como a necessidade de investir dinheiro nesses produtos - geram uma carga mental pesada e recorrente para as pessoas menstruantes. (ASSAD, 2021, p. 143)

Motta e Brito (2022) contribuem no sentido de ampliar as dimensões que tornam a falta de absorventes um problema social e dialogam que, a tributação excessiva sobre os itens de contenção do sangue, é um indicativo para que as pessoas não tenham acesso durante o período menstrual. Sendo assim, “no desenho tributário brasileiro, os absorventes são considerados itens supérfluos e não essenciais” (MOTTA E BRITO, 2022, p. 34). Além disso, as autoras irão reforçar que no Brasil não há uma política de isenção ou diminuição da tributação sobre os absorventes.

Somado a esse processo, existe a construção de um estigma na sociedade acerca da menstruação que coloca pessoas menstruantes numa posição de fragilidade e reféns das alterações fisiológicas durante o período. Historicamente, passar por essa fase significa motivo de vergonha e falta de destreza, generalizando a menstruação como um “sinal da instabilidade da natureza feminina” (MOTTA E BRITO, 2022, p. 37). Ao passo que a sociedade reafirma esse estereótipo, a desigualdade de gênero ganha novas formas para subjugar aqueles que passam pelo período menstrual, colocando-os como incapazes de realizar trabalho laboral e intelectual sob a égide da submissão às próprias emoções.

Na expectativa de conduzir uma política de redução à pobreza menstrual, Neris (2020) traz análises quantitativas acerca da elevada tributação nos absorventes e como uma redução a essas taxas podem contribuir para que os sujeitos menstruantes tenham uma paridade aos demais na sociedade. Seus estudos sobre a desigualdade de gênero a partir da análise das taxas, certamente contribuíram para a consolidação desse trabalho, pois tivemos a dimensão do problema a partir da compreensão de que o freamento de políticas públicas que possibilitam o acesso aos absorventes às camadas mais pobres da sociedade, acarreta no fato do Brasil possuir os piores dados da pobreza menstrual no mundo.

Resultados e Discussão

A menstruação é um processo natural/fisiológico que representa o início de uma fase de transformações no corpo dos sujeitos menstruantes, a chamada puberdade (SARDENBERG, 1994). Procuramos entender esse processo para além da função reprodutiva tratada superficialmente, para assumir uma visão crítica acerca desse assunto do qual se criou um tabu. Entretanto, ressaltamos que há crenças diferentes da qual as culturas concebem a maneira como pode ocorrer uma gravidez, sendo algo relativo entre povos de diversas partes do mundo. Segundo Malinowski (1985), os nativos das Ilhas Trobriandesas entendem a concepção de uma criança a partir do espírito, onde este é colocado sob a cabeça do sujeito e o sangue menstrual conduz e realoca o feto no útero, dessa forma, a interrupção do ciclo é consequência dos nutrientes que irão formar a criança. (*apud* SARDENBERG, 1994, p. 316).

Em outras partes do mundo, assim como no Brasil, a noção da concepção é através do coito, onde há fecundação do espermatozóide no óvulo e o ciclo menstrual se encerra para que o feto se desenvolva plenamente. Caso não haja a nidadação¹, o corpo renova o ciclo de descamação do endométrio, “ou seja, a menstruação é a eliminação da parede uterina não utilizada para sustentar um embrião quando não há fecundação” (RATTI *et al.*, 2015, p. 2).

A falta de absorventes, lugares limpos e informações referentes ao período, pode ser entendida como pobreza menstrual (UNPA, 2020). Apoiando-se nesse conceito, buscamos verificar os motivos pelos quais esse fenômeno vem aumentando no Brasil e no mundo, assim como refletir os impactos na vida escolar dos sujeitos menstruantes quantificando a dimensão desse problema na escola-campo de atuação da Residência Pedagógica. Como proposto inicialmente, adotamos uma visão crítica acerca dos sujeitos que não encontram modos salubres para lidar com a menstruação, sendo esta, uma responsabilidade da esfera pública e coletiva, discutir meios para que os sujeitos encarem o período menstrual de maneira segura.

Nesse sentido, é dever da gestão e dos demais sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem a preocupação em assegurar a permanência dos sujeitos menstruantes no campo escolar, além disso, voltar-se para a gênese do problema estabelecendo uma relação de empatia e providenciando medidas que estarão no combate às dificuldades. Entretanto, a esfera pública deve-se encarregar da responsabilidade em agir incisivamente no problema, visto que o direito de crianças e adolescentes é assegurado por lei.

As instituições de ensino fundamental no Brasil comportam cerca de 12 milhões² de estudantes nos anos finais (6^o ao 9^o anos), aí incluídos os alunos do ensino público e privado. A escola da qual acolheu o projeto é uma instituição pública, onde cerca de 760 alunos frequentam diariamente³. Na intenção de fazer com que o problema se torne pauta, devemos entender a saúde coletiva de pessoas menstruantes como assunto de saúde pública emergente em nossa

¹ Termo biológico que define o momento exato da fecundação. Ver mais em: Moreira, C.(2014) Desenvolvimento embrionário humano.

² MEC e Inep divulgam resultados da 1ª etapa do Censo Escolar de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022>. Acesso em: 17/10/2023.

³ Informação disponível no PPP da escola.

sociedade, assim como conceber a possibilidade de manuseio à menstruação como dignidade humana (MOTTA E BRITO, 2022).

Apesar da necessidade de possuir itens corretos para manejo do sangue, estes vêm se mostrando cada vez menos acessíveis, principalmente no Brasil onde a tributação dos absorventes giram em torno de 25% (NERIS, 2020), desse modo, famílias podem considerar com frequência o absorvente um item secundário na lista de compras. Junto a isso, não há uma política nacional que insere os absorventes nas cestas básicas, colaborando para que o uso seja restrito a quem possa pagar. Algumas UF (Unidades Federativas) estão envolvidas em políticas públicas que buscam amenizar o problema com redução de taxas e inserção dos produtos em cestas básicas, como exemplo pode-se citar o Rio de Janeiro (NERIS, 2020).

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a média para a primeira menstruação é de 13 anos, e até o corpo regularizar o fluxo demora algum tempo, ou seja, a pessoa passa alguns meses sem saber ao certo qual a intensidade, frequência e os sintomas causados pela pré-menstruação e cólica. Um dos fatores que colabora para a pobreza menstrual é a falta de informação e orientação sobre esse período, isso acontece devido ao tabu construído pela sociedade. Algumas famílias não conversam com seus filhos sobre a necessidade das trocas regulares do absorvente ao longo do dia, a importância da higiene na área genital e sobre as possíveis doenças que podem existir nesse período devido a falta de cuidado.

Estudos realizados no Brasil, Índia, África do Sul, Argentina e Filipinas, mostram que 54% das mulheres entrevistadas não foram orientadas ou não sabiam nada quando entraram na menarca⁴ (ASSAD, 2021). Desse modo, quando não há um conhecimento básico sobre como enfrentar a menstruação, o processo acaba se tornando mais um fardo na vida cotidiana, levando a pessoa a se sentir vulnerável em espaços de coletividade e a possíveis constrangimentos, como sujar a roupa.

A máxima desse problema se encontra quando a falta de acesso aos absorventes e informações dá espaço para a insalubridade ao tentar lidar com a menstruação. Muitas pessoas afetadas fazem uso de produtos não indicados para

⁴ Primeira menstruação.

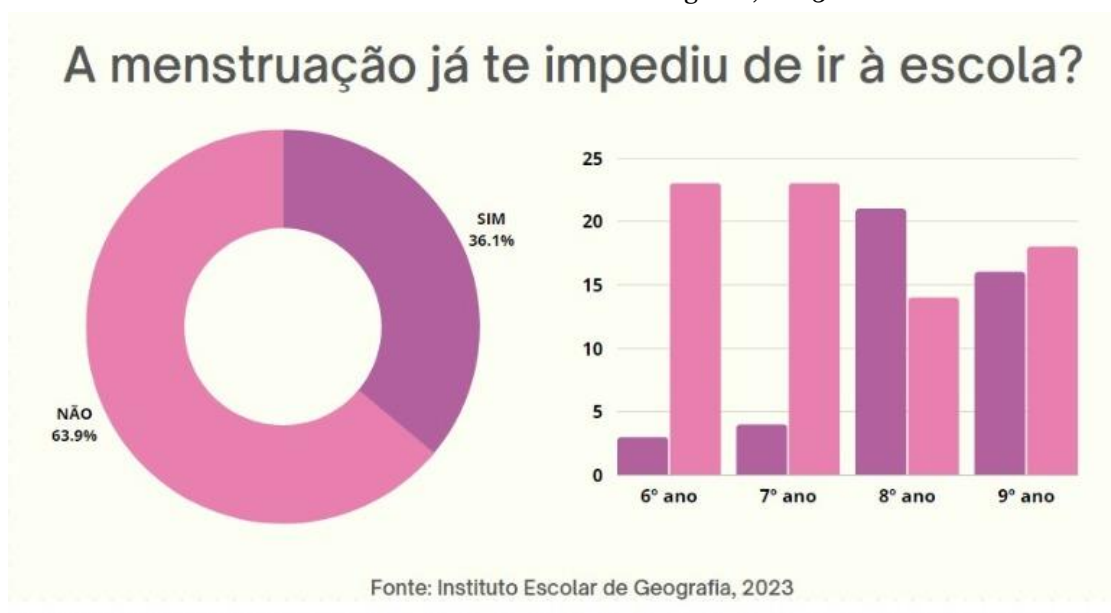
absorver o sangue durante o período: sacos plásticos, roupas velhas, algodão, toalhas, panos, filtro de café, papel higiênico e até mesmo jornal ou miolo de pão (UNPA, 2021). Desse fato, pode-se esperar que surjam problemas maiores como infecção no trato urinário, nos rins e até nos órgãos reprodutores (ASSAD, 2021).

A ONU (Organização das Nações Unidas) estima que no mundo 1 em cada 10 pessoas deixem de ir à escola por conta da menstruação, no Brasil essa realidade é ainda mais expressiva apontando que 1 em cada 4 já tenha faltado. Os resultados coletados da pesquisa do Instituto Escolar de Geografia está intimamente ligado às estatísticas brasileiras, cerca de 36% das pessoas menstruantes já deixaram de cumprir suas responsabilidades escolares devido ao período menstrual. É importante salientar que são diversos os motivos pelo qual as pessoas deixam de viver o cotidiano nesse período, entretanto, procuramos entender a falta de absorventes e a possibilidade correta de manuseio a menstruação, como o central na discussão devido aos dados apresentados por diversos pesquisadores, Institutos e Organizações.

Os resultados colhidos na pesquisa da escola nos mostraram que das 122 pessoas que responderam a pergunta, 44 já faltaram na aula, enquanto 78 não. Abaixo, o gráfico 1 mostra a dimensão do problema diversificando as respostas de acordo com a série dos alunos menstruantes:

Gráfico 1: A menstruação já te impediu de ir à escola?

Fonte: Instituto Escolar de Geografia, 2023.



Um detalhe que percebemos ao analisar os dados do gráfico é o aumento da proporção de alunos que já deixaram de frequentar a escola conforme vão

avançando nas séries do ensino fundamental. Enquanto no 6º e 7º ano o problema ocorre com menos intensidade, a partir do 8º e 9º ano a linha se altera, podendo as faltas serem um problema frequente todos os meses do ano. A idade média dos alunos que estão no 8º e 9º ano é de 12 a 15 anos, sendo assim, esses alunos passarão cerca de 4 a 5 anos a mais sendo prejudicados diretamente na formação escolar, acarretado pela falta de políticas públicas que os assegurem dignamente durante o período menstrual.

Somado a esse fator, O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) revelou através do Censo Escolar 2018 que 49% das escolas de educação básica não têm acesso aos serviços de esgoto via rede pública e 26% não têm distribuição de água potável. A situação fica cada vez mais expressiva com os dados do PENSE (Pesquisa Nacional de Saúde Escolar) através do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2015) ao evidenciar que 213 mil meninas não têm acesso a banheiros em condições de uso, sendo estas, 65% meninas pretas, atravessando os indicadores de gênero e raça (BAHIA, 2021).

É importante destacar que a escola possui acesso a saneamento básico e conta com ajuda da prefeitura para disponibilizar absorventes àqueles que precisam, entretanto, muitas pessoas sentem vergonha de pedir e/ou admitir que estão menstruadas. Desse modo, acreditam que se passarem pelo período dentro de casa estarão seguras e imunes de possíveis chacotas.

Outro indicador que fortalece os números da pobreza menstrual em seu contexto amplo é o tipo de abordagem que se tem do período. Numa sociedade onde o *modus operandi* está sob domínio do homem cisgênero e branco, todo processo que distoa à normalidade do funcionamento fisiológico comparado ao do homem é considerado patológico, e, no quesito imaterial subjetivo, a consideração do sangue menstrual é transformada em nojo. Nesse aspecto, Assad (2021) discute que a desinformação sobre o ciclo menstrual está estritamente conectada ao tabu, onde ambos irão perpetuar o estigma acerca do sangue como algo sujo.

Diante disso, o fato da escola comportar pessoas de diversas realidades, certamente aqueles que não menstruam terão um rendimento escolar melhor em relação àqueles que menstruam, pois a preocupação pela ausência de produtos de manuseio da menstruação, bem como informações referentes a esse período, não os impede de frequentar a escola e nem mesmo de exercer suas atividades

cotidianas com destreza (MOTTA E BRITO, 2022). Logo, vê-se que dentro do campo escolar os indicadores de gênero se confrontam cotidianamente por problemas que não são colocados em pauta - em vista da estigmatização do assunto.

Como a esfera pública e privada agem sobre o problema

Algumas empresas se apropriam do assunto para realizar diversos estudos na tentativa de dimensionar o problema em escala nacional, como é o caso da Always⁵ que em parceria com a Toluna⁶ aplicaram 1.124 formulários em 2020 para saber a magnitude do problema nas regiões do Brasil. É notável que o empenho dessas empresas colabora para que haja uma diminuição da pobreza menstrual, visto que, desde o referido ano, a empresa já doou mais de 4 milhões de absorventes no Brasil e 80 milhões no mundo. Além disso, essas pesquisas procuram preencher lacunas sobre as informações referentes ao problema.

Outras marcas da empresa Johnson & Johnson como a Sempre Livre e Carefree, também tiveram um impacto positivo no que tange a divulgação de informações, levantamento de dados e doações de kits para ONG's, na intenção de democratizar minimamente o acesso aos absorventes. Por meio da criação de um livreto intitulado "Menstruação: sem vergonha e sem tabu", as informações sobre o ciclo menstrual, os métodos disponíveis para a coleta do sangue circulou entre as camadas mais pobres da sociedade na intenção de conscientizar principalmente àqueles onde o conhecimento sobre o assunto não se consolidou na esfera familiar. Essas ações também impactaram o ambiente corporativo com campanhas de conscientização, no propósito de naturalizar o tema e garantir através de infraestruturas e serviços, a possibilidade de manuseio correto à menstruação.

Entretanto, apesar dessas práticas terem sua importância para o cenário do qual problematizamos, também é importante voltar-se às contradições que partem dessas empresas. Um estudo recente mostrou que os fabricantes de absorventes nunca realizaram testes com sangue menstrual, mas soluções salinas, bem diferente das condições do sangue. Nesse sentido, procuramos dar

⁵ Marca de absorvente.

⁶ Plataforma onde é realizado levantamento de dados.

as devidas considerações às empresas sobre o que é feito para minimizar o problema, mas temos a consciência de que ainda são empresas ligadas ao sistema capitalista e o lucro sempre será o alvo principal.

O estudo citado acima se refere a uma das principais revistas de medicina dos Estados Unidos (BMJ Sexual & Reproductive Health⁷) e revelou que pela 1^o vez, absorventes foram submetidos a testes com sangue humano, entretanto, o resultado não foi como esperado - a absorção dos produtos convencionais (tampões e absorventes) foi menor quando comparado às soluções salinas da qual as pesquisas eram realizadas.

Além disso, a revista divulgou que nos Estados Unidos não há exigência de testes com sangue menstrual. A ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), órgão que também regulamenta testes e embalagens de produtos de higiene pessoal, quando perguntada sobre o assunto disse que “não há requisito obrigatório expresso em norma que exija a apresentação de testes de eficácia de absorção para esses produtos”. Dessa forma, as empresas priorizam materiais de testes que não necessariamente representam a realidade.

O sangue menstrual é denso devido a liberação do endométrio e demais mucosas do útero, e por esse motivo, mais difícil de ser absorvido. Essa ação em cadeia, faz com que as pessoas em condições de acesso aos absorventes tenham que desembolsar mais dinheiro com os produtos devido às trocas terem que ser realizadas com mais frequência, e, aqueles que não conseguem comprar, precisam improvisar com materiais não indicados.

Essa prática representa uma ética fragilizada das empresas e do próprio estado, pois devido a falta de testes com o líquido menstrual, os tamanhos contidos nas embalagens não representam a eficácia prometida na contenção do sangue, dessa forma, os usuários são indubitavelmente induzidos ao erro na hora da escolha do tamanho dos absorventes, podendo a área do órgão ficar suscetível ao aparecimento de doenças quando não é usado o tamanho correto para absorção do fluxo.

Diante do exposto, vemos que há uma transferência de responsabilidade da esfera pública para o âmbito privado, onde a maioria dos estudos que dimensionam a pobreza menstrual, bem como ações referentes à diminuição do

⁷ Ver mais em: DeLoughery E, Colwill AC, Edelman A, *et al* Red blood cell capacity of modern menstrual products: considerations for assessing heavy menstrual bleeding *BMJ Sexual & Reproductive Health* Published Online First: 07 August 2023.

problema se restringem às empresas. Desse modo, quando não se pode contar com políticas públicas - seja para a segurança sanitária nas casas e escolas do país ou oferta de produtos adequados ao manejo do sangue, ocorre uma invisibilidade da condição que se alastra pelo país.

A prefeitura de Alfenas - MG em conjunto com as Secretarias de Saúde, Educação, Juventude, Desenvolvimento, da Criança, da Assistência e dos Direitos Sociais, com apoio do Centro de Referência de Direitos Humanos do Território Sul (CRDH-SUL), do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e do Núcleo de Assistência à Família (NAF) lançaram para a população o projeto “Soma no fluxo! Higiene menstrual não é luxo. Acesso a produtos menstruais é um direito e questão de saúde pública”. Essa iniciativa provém do cumprimento da Lei nº 5.125/22 que se baseia em diretrizes de promoção a palestras em escolas para o rompimento do tabu acerca da menstruação, distribuição de absorventes para mulheres em estado de alta vulnerabilidade social do município, âmbitos estes que englobam PSF’s, escolas e presídio.

Essa lei foi proposta pela vereadora Tani Rose (PT-MG) juntamente com a Secretária executiva de Juventude e Turismo, Marina Gissi, onde ambas ativistas reconhecem a pobreza menstrual como um fenômeno que atinge estudantes da rede pública de Alfenas - MG e dão, a partir desses projetos, uma possibilidade para que o problema seja amenizado no município.

Como dito anteriormente, a escola da qual coletamos os dados recebem doações de absorventes a partir do cumprimento da Lei acima, contribuindo para que a população menstruante tenha acesso aos itens adequados para manejo do sangue. Entretanto, ainda há muito o que fazer para tornar esse acesso mais democrático, visto que mesmo com a disponibilização, muitas pessoas ainda deixam de cumprir suas atividades cotidianas em vista do constrangimento em assumir estar no período menstrual e solicitar os absorventes.

Neris (2021) nos convida a refletir a partir desses exemplos os impactos positivos que fortalecer essas leis e flexibilizar os impostos é um dos caminhos para que o acesso aos produtos sejam mais acessíveis. A prefeitura da cidade de Bom Jesus do Itabapoana - RJ por meio do programa “Bom Jesus na Luta Contra Fome” inseriu os absorventes nas cestas básicas disponíveis à população, essas atitudes fortalecem a preocupação do poder público para com os sujeitos que

menstruam e dependem de ações como essa para vivenciar os espaços com mais paridade aos demais.

Para um planejamento com amplitude nacional, houve em 2021 a proposta de um Projeto de Lei da deputada Marília Arraes (PT-PE) que visava a distribuição gratuita de absorventes à estudantes de baixa renda e pessoas em condição de rua, entretanto, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), vetou a concretização do projeto fortalecendo seu desprezo e indiferença com aqueles que menstruam, essa ação, sobretudo, colabora para que a desigualdade de gênero continue a se perpetuar nos diversos âmbitos da sociedade.

Em contrapartida, o presidente Lula (PT) em 2023 nos primeiros 3 meses de governo instaurou o Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual que prevê investimentos de 418 milhões de reais por ano, abrangendo cerca de 8 milhões de pessoas. A distribuição dos absorventes ocorrerá por meio do SUS (Sistema Único de Saúde) e irá contemplar pessoas de vulnerabilidade social.

Diante do quadro que se apresenta, identifica-se que a dimensão da pobreza menstrual exige que haja interferência da esfera pública, local e nacional, para que medidas no combate ao problema proporcionem resultados significativos. Esses indicadores nos mostram que a dificuldade diante do tema é grande, nesse sentido, a articulação entre os poderes se faz na necessidade de repensar o modo como as políticas se organizam, na forma como o tema é tratado e, sobretudo, na maneira como o campo escolar estabelece medidas de permanência desses estudantes.

Considerações Finais

A pesquisa contribuiu para que o tema viesse à tona a partir da coleta de dados primários, fazendo com que o problema pudesse ser entendido com mais especificidade a partir da dimensão local da escola. Para articular o problema que foi identificado localmente, partimos para a pesquisa bibliográfica e demais estudos realizados em escala nacional e global, que tanto contribuíram na complexificação e ampliação das dimensões que compõem o tema. Entretanto, é importante destacar que os dados coletados se referem à uma escola estadual de Alfenas - MG, portanto, projetamos que a pobreza menstrual e a forma pelos quais os alunos são afetados, podem incidir de outros indicadores e de maneiras

mais expressivas se considerarmos as diversas realidades que se confrontam no espaço escolar.

Esse trabalho se faz na necessidade de trazer para o campo coletivo a importância do diálogo entre escola-sociedade na tentativa de fortalecer a preocupação com a saúde e formação escolar de pessoas que menstruam, nesse sentido, repensar o modo pelo qual as escolas e a esfera pública lidam com o problema da pobreza menstrual se faz urgente. Outro indicador que procura-se fortalecer ao discutir esse tema, é ampliar a discussão para pessoas transgênero e não-binários, pois durante a coleta bibliográfica notou-se que os dados se dirigem predominantemente a mulheres e meninas.

A necessidade de discutir como o acesso a produtos e serviços está restrito a uma parcela da sociedade é repensar também a função social da escola na promoção de debates que permeiam a educação sexual, seja ela individual e/ou coletiva. Dessa forma, espera-se que os tabus no que diz respeito a menstruação sejam tratados com mais naturalidade entre aqueles que produzem o espaço da escola, bem como a sociedade em sua totalidade.

Referências

Assad, B. F. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. *Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas*, 2021, v. 2 n. 1, p. 140-160.

ALFENAS. Lei nº 5.125, 7 de fevereiro de 2022. Institui "Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos (PFAH)" para mulheres em situação de vulnerabilidade social no âmbito do Município de Alfenas/MG, e dá outras providências. Alfenas, MG, 2022. Disponível em: <<http://www.cmalfenas.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/26/3460dee203e72be52bda8fod884f66ed.pdf>>. Acesso em: 01/11/2023

BAHIA, L. Livre para menstruar: pobreza menstrual e a educação de meninas. Disponível em: <<https://livreparamenstruar.org/>> Acesso em: 31 ago. 2023.

Cesta básica tem absorvente feminino em Bom Jesus. Prefeitura Municipal de Bom Jesus de Itabapoana, Rio de Janeiro, 11 de nov. de 2022. Disponível em: <https://www.bomjesus.rj.gov.br/site/noticia/cesta_basica_tem_absorvente_feminino_em_bom_jesus/6117>. Acesso em: 01 de nov. de 2023.

DeLoughery E, Colwill AC, Edelman A, *et al* Red blood cell capacity of modern menstrual products: considerations for assessing heavy menstrual bleeding *BMJ Sexual & Reproductive Health* Published Online First: 07 August 2023.

Ferreira, C. A. L. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. *Revista Mosaico*, 2015, v. 8, n. 2, jul./dez., p. 173-182.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

Motta M. C. C., & Brito, M. P. R. B. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. Niterói: *Confluências - Revista Interdisciplinar De Sociologia e Direito*, 2022, 24(1), p. 33-54.

Nações Unidas Brasil. Quase 40% das escolas brasileiras não têm estruturas básicas para lavagem de mãos. ONU, 13 ago. 2020. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/87318-quase-40-das-escolas-brasileiras-n%C3%A3o-t%C3%A3m-estruturas-b%C3%A1sicas-para-lavagem-de-m%C3%A3os>> Acesso em: 31 ago. 2023.

NERIS, B. B. S. Políticas fiscais e desigualdade de gênero: análise da tributação incidente nos absorventes femininos. *Revista FIDES*, 2021, jan. v. 11, n. 2, p. 743-759.

SARDENBERG, C. M. B. (1994). De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. *Estudos Feministas*, 2(2), 314-344.

UNFPA. Menstruation and Human Rights: Frequently Asked Questions. In: UNFPA, 2020.